

Ferreira do Zêzere pede “pacto para a floresta”

25 de Agosto, 2017

O incêndio que lavrou no concelho de Ferreira do Zêzere, distrito de Santarém, entre 11 e 13 de agosto, levou o presidente da câmara a defender “um pacto pela floresta”. “Seria um erro histórico deixar agora a natureza regenerar-se sem ser de uma forma ordenada, com zonas-tampão, aceiros, e com árvores de diferentes espécies, e para tal é preciso um pacto para a floresta”, defendeu Jacinto Lopes, contabilizando, em declarações à Lusa, “um total de 26 casas afetadas pelos incêndios, quatro delas de primeira habitação, duas pessoas feridas e cerca de quatro mil hectares de área florestal” destruída.

“Ardeu cerca de 25% da florestal de Ferreira do Zêzere e um terço do nosso território, mas poderia ter ocorrido aqui uma catástrofe. Os números são muito graves, mas ficam aquém da catástrofe e do sofrimento por que passámos devido a um incêndio cuja rapidez, violência, força e intensidade nunca havia visto nos últimos 30 anos”, frisou o autarca.

Por isso, é necessário “inverter este ciclo”. Jacinto Lopes defende que “o Estado é quem deve definir as regras, dizer como se deve ordenar o território florestal, definir o que fazer aos terrenos que são propriedade privada, tomar posse das propriedades abandonadas e dar o exemplo na gestão dos terrenos florestais”.

No seu entender, “todos os municípios com características semelhantes em termos de área florestal e de risco de incêndio deviam integrar o projeto-piloto de reorganização do território”, protagonizado pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior, com sede em Pedrógão.

“Tal como está é que não pode continuar, pois está mais do que provado que estamos a destruir o nosso território, a perder riqueza e a aumentar os níveis de desertificação do interior do país”, frisou o autarca de Ferreira do Zêzere, observando que “este tipo de incêndios vai continuar” a ser motivo de preocupação.

“As alterações climáticas estão aí e estes incêndios, com estas características, não foram um episódio pontual. São uma realidade que temos de saber enfrentar, com planeamento, organização e uma gestão adequada do território”, defendeu.